



PARECER PROJUR N°010/2021

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° _____

EMENTA: Licitação - Solicitação de Dispensa - Serviços de Hospedagem - Dispensa - Preço - Possibilidade

I - DO RELATÓRIO

Esta Procuradoria Jurídica, foi instada a se manifestar acerca da possibilidade de Dispensa de Licitação em razão do Valor, para contratação de Empresa que presta serviços de Hospedagem com acomodação em quarto simples, incluindo fornecimento de refeições e traslado para hospitais e clínicas para pacientes de Valente em Salvador.

II - DA FUNDAMENTAÇÃO

A licitação é procedimento obrigatório à Administração Pública para efetuar suas contratações, consoante preceitua o art. 37. Inciso XXI, Constituição Federal de 05 de outubro de 1988, ressalvados os casos em que a Administração pode ou deve deixar de realizar licitação, tornando-se dispensada, dispensável e inexigível. Da análise da situação fática aqui disposta, a contratação de Serviços de Hospedagem destinado ao atendimento de pacientes de Saúde deste Município em Salvador em suma, se resta configurada algumas situações legais previstas no art. 24, da lei



nº 8.666/93; mais especificamente, em seu inciso II, considerando o valor proposto em Termo de Referência anexo.

Nos termos do expediente de fl. 03 e da minuta do Termo de Referência, pretende a Administração contratar empresa para prestação de serviços de hospedagem mediante dispensa de licitação baseada no artigo 24, II, da Lei 8.666/93, o qual, em suma, autoriza a contratação direta para serviços e compras cujo valor não exceda o limite de R\$ 33.000,00 (trinta e três mil reais). Conjugando o teor das cláusulas quarta e décima segunda da referida minuta contratual obtém-se o valor de R\$ 12.000,00 (doze mil reais), o que, em princípio, indica a possibilidade de efetivar a pretendida contratação.

Dessa forma, para alcançar a contratação visada, deve a Administração observar estes três imprescindíveis passos:

- (i) demonstrar o interesse público da contratação;
- (ii) formalizar o processo de dispensa; e
- (iii) inserir no contrato administrativo as respectivas cláusulas obrigatórias. Inobstante a espinhosa missão de conceituar interesse público, mister no caso concreto sua delimitação.

Até mesmo para o ilustre Professor Marçal Justen Filho "não é fácil definir interesse público, inclusive por sua natureza de conceito jurídico indeterminado, o que afasta uma exatidão de conteúdo". Conceitos jurídicos indeterminados, na lição do próprio JUSTEN FILHO, são expressões vocabulares que não encerram um sentido determinado, exigindo que o aplicador produza sua delimitação para o caso concreto, o que, ao invés de representar uma falha, constitui um atributo destinado a aproximar o sistema normativo à "riqueza do mundo real". Dessarte, a partir dos



elementos que orbitam o objeto a ser contratado deve a Administração apontar os contornos do interesse público na situação concretamente enfrentada. *In casu*, o objeto a ser contratado - serviço de hospedagem para usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) - está diretamente relacionado ao direito à saúde, constitucionalmente assegurado a todos, o que sinaliza a presença do perseguido interesse público. Reza o artigo 196 da Constituição da República que **"A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação"** (grifei).

Portanto, nos casos de tratamento fora do Município, parece não haver como efetivamente assegurar o direito à saúde sem que se viabilize ao paciente e eventualmente ao acompanhamento por um familiar ou alguém a ele ligado.

III - DA CONCLUSÃO

Isto posto, manifesto-me da seguinte forma:

Ante todo o exposto, para alcançar a contratação visada, deve a Administração, nos termos da fundamentação, demonstrar a existência de interesse público, formalizar o processo de dispensa de licitação e inserir na futura minuta contratual as respectivas cláusulas obrigatórias, sem prejuízo de sua posterior aprovação por parte desta Procuradoria.

É o nosso Parecer

S.M.J.



Estado da Bahia
Prefeitura de Valente
PROCURADORIA JURÍDICA GERAL



Procuradoria Jurídica Geral em 23 de fevereiro de 2021.

Antonio Dagoberto de Jesus Rios
Procurador Jurídico Geral